


**As pesquisas sobre o ensino de Política Educacional no Brasil:  
revisão de literatura**

**Investigación sobre la enseñanza de la Política Educativa en Brasil:  
revisión de la literatura**

**Research on the teaching of Educational Policy in Brazil:  
a literature review**

Gregory Luis Rolim Rosa \*

 <https://orcid.org/0000-0002-1545-5089>

**Resumo:** Este artigo de revisão de literatura analisa as pesquisas realizadas sobre a disciplina Política Educacional no Brasil. A disciplina Política Educacional desempenha um papel fundamental na formação de pedagogos e docentes, visando a sua instrumentalização para a análise e atuação perante as políticas educacionais. Ao revisar a literatura existente, este artigo buscou-se identificar as principais tendências de pesquisa, as lacunas no conhecimento e as contribuições dos estudos realizados até o momento. O principal foco das pesquisas têm sido os aspectos curriculares da disciplina e análises sobre o processo de ensino a partir da atuação docente. Faz-se necessário ampliar as discussões, propiciando análises sobre vertentes teóricas, modelos teórico-metodológicos para o ensino da política educacional e a percepção dos discentes sobre a formação no contexto da disciplina.

**Palavras-chave:** Disciplina Política Educacional. Política Educacional. Revisão de Literatura.

**Resumen:** Este artículo de revisión bibliográfica analiza investigaciones realizadas sobre Política Educativa en Brasil. La disciplina Política Educativa juega un papel fundamental en la formación de pedagogos y profesores, visando su instrumentalización para el análisis y la acción en relación con las políticas educativas. Al revisar la literatura existente, este artículo buscó identificar las principales tendencias de investigación, las lagunas en el conocimiento y las contribuciones de los estudios realizados hasta la fecha. El foco principal de la investigación ha sido los aspectos curriculares de la disciplina y los análisis del proceso de enseñanza a partir de las actividades docentes. Es necesario ampliar las discusiones, proporcionando análisis sobre aspectos teóricos, modelos teórico-metodológicos para la enseñanza de la política educativa y la percepción de los estudiantes sobre la formación en el contexto de la disciplina.

**Palabras clave:** Disciplina Política Educativa. Política educativa. Revisión de literatura.

**Abstract:** This literature review article analyzes research carried out on educational policy in Brazil. The educational policy discipline plays a fundamental role in the training of pedagogues and teachers, aiming at their instrumentalization for analysis and action in relation to educational policies. By reviewing the existing literature, this article sought to identify key research trends, gaps in knowledge, and the contributions of studies conducted to date. The main focus of research has been on the curricular aspects of the discipline

---

\* Doutorando em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisador na *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe). E-mail: <rolimg7@gmail.com>.

and the analysis of the teaching process based on teaching activities. It is necessary to broaden the discussions by providing analyzes on theoretical aspects, theoretical-methodological models for teaching educational policy, and the students' perception of training in the context of the discipline.

**Keywords:** Discipline Educational Policy. Educational politics. Literature review.

## Introdução

Desde o processo inicial de institucionalização do curso de Pedagogia, na década de 1930, com a disciplina de Administração Escolar, até sua consolidação nos anos 1990, a disciplina Política Educacional ganhou caráter primordial nos currículos de formação docente no Brasil, sendo assegurada pelas determinações legais que regem a formação inicial e continuada de professores, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Docente e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Alicerçada nesses documentos, observa-se que a disciplina PE adota como finalidade promover a formação para a apreensão da realidade educacional brasileira, da sociedade e da escola, o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas educacionais e a organização da Educação e seus determinantes históricos e legais.

Demarcada pelas transformações no contexto sociopolítico e econômico, a disciplina PE tem sua estrutura curricular e objetivos formativos delimitados pelas exigências daqueles preceitos da época que lhe determina. Tem sua gênese na década de 1930, influenciada pelos princípios escolanovistas e orientando seus conteúdos a partir da Teoria da Administração para organização escolar. A Disciplina foi reestruturada na década de 1960, em um contexto sociopolítico turbulento marcado pela ditadura militar e, com a designação de Estrutura e Funcionamento do Ensino, adquiriu caráter jurídico-normativo, com uma certa rigidez curricular que a limitou ao estudo da legislação educacional, atendendo as intencionalidades coercitivas, repressivas e acríticas da época.

Com o processo de redemocratização do Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da nova LDBEN em 1996, a disciplina PE foi reestruturada; adquire novas nomenclaturas e nova intencionalidade, buscando promover uma formação crítica aos docentes em formação, de forma que consigam ler e interpretar a realidade social e educacional brasileira, atuar sobre essa realidade e, a partir das políticas estatais, evidenciar como o Estado atua a partir de suas intencionalidades.

Essas transformações curriculares no ensino da disciplina PE não são deixadas de lado ou passaram imperceptíveis. Como veremos adiante, a disciplina PE tem sido objeto de estudo de pesquisadores preocupados com as alterações curriculares e como a mesma é interpretada na formação inicial de pedagogos. A *Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe) tem contribuído para a ampliação dos estudos sobre o ensino da PE, com a criação do núcleo de investigação “Ensino de Política Educacional e formação de pesquisadores para esse campo”<sup>1</sup>, no ano de 2014/2025. A ReLePe tem também promovido a aproximação e o diálogo entre pesquisadores na América Latina.

A partir destas considerações, este artigo de revisão de literatura objetiva demonstrar as especificidades e contribuições das pesquisas sobre a disciplina PE e contribuir com novas

---

<sup>1</sup> A ReLePe possui oito eixos de investigação, a saber: 1 – Problemáticas e limitações no desenvolvimento investigativo em Política Educativa; 2 - Enfoques e perspectivas epistemológicas em Política Educativa; 3 - Metodologias para a análise e a pesquisa em Políticas Educativas; 4 - História do campo da política educativa; 5 - Pesquisa analítica de autores de referência em Política Educativa; 6 - Produção de conhecimento e tomada de decisões na perspectiva epistemológica; 7 - Epistemologia, política educativa e realidade Ibero-americana e 8 - Ensino de Política Educacional e formação de pesquisadores para esse campo. A respeito, ver [www.relepe.org](http://www.relepe.org).

pesquisas sobre o tema, evidenciando as lacunas possíveis de serem preenchidas com a ampliação dos estudos sobre a Disciplina. Para tanto, inicialmente demonstra-se que as pesquisas sobre a disciplina PE estão inclusas em um rol de análises que contempla as disciplinas do curso de Pedagogia como objeto de estudo. Na sequência, detalha-se as contribuições das pesquisas existentes sobre a PE a partir de uma categorização sobre os focos de análise e, a partir desta caracterização, apresenta as lacunas existentes para ampliação dos estudos sobre a Disciplina.

### As disciplinas do curso de Pedagogia enquanto objetos de estudo

Reconhecendo a dimensão dos cursos de Pedagogia em relação ao seu constructo curricular, parte-se do entendimento que este tem sido frequentemente analisado enquanto objeto de pesquisa. Organizado para contemplar uma formação teórico-prática que forneça aos futuros pedagogos condições de exercerem suas atividades concisamente, o curso de Pedagogia no Brasil visa considerar componentes curriculares atinentes aos seus objetivos formativos, que devem ser pensados e organizados conforme a realidade do contexto educacional brasileiro.

Inerente a isso, apreende-se que as pesquisas sobre os componentes curriculares são práticas comuns, quando investigamos e nos detemos a esse contexto específico, nota-se a diversidade de pesquisas realizadas que visam tomar como objeto de estudo as disciplinas dos cursos de Pedagogia. Partindo dessa afirmação, primeiramente apreendeu-se as pesquisas sobre os diferentes componentes curriculares do curso de Pedagogia, tendo como objetivo demonstrar a diversidade de temáticas e que este objeto de estudo é frequentemente analisado.

Compreendendo a alta diversidade de disciplinas presentes nos currículos dos cursos de Pedagogia e ainda a variedade de nomenclaturas, realizou-se a busca nas bases de dados do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Crossref e Google Scholar, a partir dos termos *disciplina*, *componente curricular*, *formação de professores* e *curso de Pedagogia*, resultou em um número expressivo de 873 trabalhos.

Compreendendo a necessidade de um filtro para a apreensão de pesquisas que realmente atendessem o objetivo do levantamento, definiu-se o recorte para as pesquisas que analisassem as disciplinas, especificamente, nos cursos de Pedagogia presenciais. Identificou-se um total de 165 trabalhos, divididos em Teses (24), Dissertações (47), Livros (6), Capítulos de livros (9) e Artigos (79) sobre 21 disciplinas, como demonstra a Tabela 1.

**Tabela 1**– As disciplinas do curso de pedagogia como objeto de pesquisa

Disciplina	Teses	Dissertações	Livros	Capítulos	Artigos	Total por disciplina
Psicologia da Educação	4	5	3	5	10	27
História da Educação	1	5			13	19
Libras	1	8	2	2	5	18
Didática	4	2		1	6	13
Filosofia da Educação	4	3			5	12
Fundamentos da Ed. Especial	2	3		1	5	11
FTM* Ciências Naturais	1	3			6	10
FTM Matemática	1	2			4	7
Sociologia da Educação		1			5	6
Currículo	1	2			1	4
Estágio		1	1		2	4
Educação, Gênero e Sexualidade	2	1				3

Música		2				2
Artes		1			1	2
Estatística		1				1
Educação e Novas Tecnologias	1					1
Informática e Educação		1				1
Língua Portuguesa e Educação		1				1
Pesquisa e Prática Pedagógica	1					1
Trabalho e Educação		1				1
Política Educacional	1	4			16	21
<b>Total por tipo de produção</b>	24	47	6	9	79	165
<b>Total</b>						

\*Fundamentos Teórico Metodológicos.

**Fonte:** Dados organizados pelo autor (2023).

O levantamento demonstra que as disciplinas do curso de Pedagogia, frequentemente, têm sido objetos de estudos. É representativo, no levantamento, os estudos que analisam as disciplinas da área de Fundamentos da Educação, as quais têm como finalidade solidificar a formação teórica dos futuros docentes e pedagogos: História da Educação, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Didática, Filosofia da Educação, representando mais da metade das pesquisas (77 trabalhos). Ainda sobre as disciplinas de Fundamentos, cabe destacar que no geral, por estarem presentes nas mais diversas áreas do conhecimento e de cursos de formação de professores, as pesquisas tomam as disciplinas como objeto de análise ampla, isso explica, por exemplo, o número pequeno de trabalhos sobre a disciplina Sociologia da Educação (seis), a qual é comumente analisada na formação de docentes sem a delimitação do curso de Pedagogia. Destacam-se também no levantamento, os estudos referentes à área de Educação Inclusiva, que com os estudos de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), conta com um total de 29 trabalhos.

Uma característica presente e demonstrada no levantamento, das 20 disciplinas acima representadas, nove (Educação Gênero e Sexualidade; Música; Estatística; Educação e Novas Tecnologias; Informática e Educação; Língua Portuguesa e Educação; Pesquisa e Prática Pedagógica e; Trabalho e Educação) mesmo possuindo pesquisas representadas a partir da produção de Teses e Dissertações, não foram localizados artigos sobre as temáticas.

### **A disciplina Política Educacional como objeto de estudo no Brasil**

A revisão de literatura indica que diversas disciplinas do Curso de Pedagogia já foram pesquisadas. Observa-se que há clara preocupação sobre os processos de ensino das disciplinas e é a partir desta evidência que se faz imprescindível uma análise sobre os estudos sobre a disciplina Política Educacional, enfatizando o caminho traçado pelos pesquisadores, o foco dado em suas investigações, particularidades e convergências.

As primeiras pesquisas que abordam a Disciplina e correlatas como objeto, datam da década de 1990 e o aumento considerável das publicações foi fortalecido com o surgimento, em 2012, da *Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe)<sup>2</sup>. Desde a sua criação, a ReLePe passou a desenvolver eventos específicos sobre o campo de estudo e em sua organização passou a

<sup>2</sup> A ReLePe surgiu no ano de 2012 com o intuito de aproximar os pesquisadores do campo da Política Educacional na América Latina. Promove a interação entre pesquisadores interessados em questões de epistemologia e produção do conhecimento. Mais informações em: <http://relepe.org/>.

contemplar o eixo 8: “Ensino de Política Educacional e formação de pesquisadores para esse campo”, no ano de 2014/2015, proporcionando debates sobre o desenvolvimento curricular das disciplinas e os principais desafios enfrentados no ensino da Política Educacional para a formação crítica de professores, pedagogos e pesquisadores.

Compreendendo a região da América Latina e promovendo o intercâmbio entre pesquisadores dos países latino-americanos, podemos encontrar no eixo 8 da ReLePe, pesquisas no qual a disciplina Política Educacional e correlatas são investigadas em Instituições de Ensino Superior em países como Argentina, Uruguai, México e Chile<sup>3</sup>.

A partir do levantamento bibliográfico realizado nas bases já mencionadas, foram identificados 36 trabalhos que discorrem sobre o ensino da disciplina Política Educacional e suas correlatas, conforme mostra a Tabela 2. Os trabalhos encontram-se divididos da seguinte forma: uma Tese, quatro Dissertações, um trabalho de conclusão de curso de Graduação, 16 artigos e 14 trabalhos publicados em anais de evento, dos quais 10 foram apresentados no *I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa*, promovido pela ReLePe, em 2015.

**Tabela 2** – Trabalhos que abordam a disciplina Política Educacional como temáticas de pesquisa

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Autores</b>
Tese	1	Mendes (2011)
Dissertação	4	Krum (1993); Furtado (1994); Marcos (2000); Rosa (2019)
Trabalho de Conclusão de Graduação	1	Rosa (2016)
Artigos de periódicos	16	Ferrada; Villena e Del Pino (2018); Flach e Masson (2014); Giovine (2016); Guimarães-Iosif; Limeira e Santos (2018); Mainardes; Stremel e Rosa (2017); Más Rocha; Lizzio e Giménez (2017); Mancebo (2017); Mazza (1994); Santos; Dubock e Santos (1999); Mendes (2018); Miranda (2016); Moreira e Iuliaanelli (2017); Perão e Lima (2017b); Pronko (2016); Stremel e Mainardes (2015a); Rosa e Trojan (2019);
Trabalhos completos publicados em Anais	14	Oliveira; Toschi (1996); Oliveira (2000); Bonals; Arens e Trujilo, (2015); Costa; Muranaka e Borghi, (2015); Cristofoli (2015); Flach e Masson (2015); Martignoni, (2015); Mendes (2015); Pronko (2015); Romero e García, (2015); Visacovsky (2015); Quiané e López (2015); Stremel e Mainardes (2015b); Perão e Lima (2017a)
<b>Total</b>	<b>36</b>	

Fonte: Dados organizados pelo autor (2023).

A partir da identificação dos 36 trabalhos, foram incluídos na revisão de literatura apenas os 25 trabalhos brasileiros, organizados em cinco categorias: Ênfase nos aspectos curriculares (10); Visão dos discentes sobre a Disciplina (3); Análise e reflexão sobre o processo de ensino (10); Aspectos das pesquisas sobre a Disciplina (1); Estudo teórico e epistemológico sobre a Disciplina (1). A Tabela 2 representa a distribuição dos trabalhos conforme as categorias e serão discutidos e analisados a seguir.

<sup>3</sup> Ferrada; Villena; Del Pino (2018); Giovine (2016); Más Rocha; Lizzio; Giménez (2017); Mancebo (2017); Miranda (2016); Bonals; Arens; Trujilo, (2015); Martignoni, (2015); Romero; García, (2015); Visacovsky, (2015); Quiané; López, (2015).



**Tabela 3** – Categorização dos estudos sobre a disciplina Política Educacional

<b>Categoria</b>	<b>Pesquisas</b>	<b>Total</b>
Ênfase nos aspectos curriculares	Oliveira e Toschi (1996); Flach e Masson (2014; 2015); Costa; Muranaka e Borghi, (2015); Stremel e Mainardes (2015a; 2015b); Rosa (2016); Perão e Lima (2017a; 2017b); Moreira e Iulianelli (2017)	10
Visão dos discentes sobre a Disciplina	Cristofoli (2015); Mendes (2015); Mendes (2018)	3
Análise e reflexão sobre o processo de ensino	Krum (1993); Furtado (1994); Mazza (1994); Santos; Dubock e Santos (1999); Marcos (2000); Oliveira (2000); Mendes (2011); Pronko (2015; 2016); Guimarães-Iosif; Limeira e Santos (2018)	10
Aspectos das pesquisas sobre a Disciplina	Mainardes; Stremel e Rosa (2017); Rosa e Trojan (2019)	2
Papel sócio-político da Disciplina	Rosa (2019)	1
<b>Total</b>		26

**Fonte:** Dados organizados pelo autor (2023).

### Ênfase nos aspectos curriculares

Os 10 estudos presentes nessa categoria, trazem um panorama das características de organização da disciplina Política Educacional nos cursos de Pedagogia no Brasil. Para além de trazer aspectos meramente estruturais e formais, procuramos, por meio da revisão, destacar a percepção dos autores sobre os aspectos que formam e condicionam as disciplinas.

A primeira pesquisa sobre a temática é de Oliveira e Toschi (1996). Os autores afirmam que as concepções legalista, político-ideológica e histórico-crítica, presentes no currículo da Disciplina desde sua concepção na década de 1960 até os anos de 1990, estão intimamente ligadas às transformações históricas e próprias da educação brasileira. A discussão promovida pelos autores, analisando as concepções que delimitam o constructo curricular do ensino da Política Educacional na disciplina de Estrutura e Funcionamento, traz grandes contribuições para as pesquisas que o sucederam.

Os estudos de Stremel e Mainardes (2015a; 2015b) e Rosa (2016) analisam a questão estrutural da disciplina Política Educacional nos cursos de Pedagogia e revelam a situação do ensino da Política em contexto nacional, estadual e em contextos específicos de universidades brasileiras.

O trabalho de Stremel e Mainardes (2015a, 2015b) pode ser considerado a pesquisa mais completa em relação à apreensão das características curriculares da disciplina Política Educacional nos cursos de Pedagogia no Brasil. Os autores realizaram um estudo amplo, que envolveu 128 disciplinas em 75 universidades brasileiras, trazendo aspectos que puderam promover a compreensão das características da disciplina Política no Brasil. Dentre as diversas convergências, a oferta da Disciplina nos dois primeiros anos de curso, a carga horária de 60 horas, os tópicos mais contemplados nas ementas (Organização da Educação Brasileira, Legislação Educacional, Reformas Educacionais) e as obras mais utilizadas, que dão embasamento teórico à disciplina: Saviani (2007); Libâneo; Oliveira e Toschi (2003) e Azevedo (1997).

A análise de Rosa (2016) evidencia como a Disciplina se apresenta em uma universidade pública do estado do Paraná. A partir de uma análise histórica e de pesquisa documental, o autor constatou que a disciplina Política é modelada conforme as transformações históricas no contexto brasileiro. Fatores sociopolíticos que acarretam a delimitação do perfil de professor, exigidos para

a sociedade em questão, são tomados como norte para a definição da estrutura curricular da Disciplina. Como exemplo, o autor relata a forte influência dos pressupostos jurídico-normativos na Disciplina, derivados do período ditatorial brasileiro; a disciplina passou a ser delimitada pelo ensino da legislação escolar, pragmático e acrítico. Com a redemocratização do Estado brasileiro na década de 1990, a organização da Disciplina contemplou conteúdos alinhados ao novo momento do País. Assim, as análises do contexto político brasileiro, as transformações e reformas educacionais passaram, em caráter de análise crítica, a modelar o ensino da Política.

Sobre os pressupostos de ensino da Disciplina, Flach e Masson (2014, 2015) contribuem indicando a complexidade de se analisar o ensino da Política Educacional no Brasil, que entre determinados fatores é necessário “entender o campo específico de estudo e investigação, denominado Política Educacional, suas relações com os encaminhamentos políticos” e que estes entendimentos estão vinculados a concepções teóricas e de mundo presentes nos contextos de análise. Em seu estudo, as autoras destacam três principais vertentes teóricas que determinam o aporte teórico e estão presentes no processo de ensino da Política Educacional, o *jurídico normativo*, *interpretação do cotidiano educacional* e a vertente de *interpretação marxista*. (FLACH; MASSON, 2015, p. 206).

A vertente jurídico-normativa está presente no ensino da Política Educacional desde as disciplinas de Estrutura e Funcionamento; nesta vertente o ensino pauta-se na jurisprudência educativa, no estudo do aparato legal, execução governamental e aplicabilidade. As autoras ponderam que, ao assumirem tal posicionamento, cabe ao professor considerar que “as normas emanadas de diferentes poderes estatais sempre estão atravessadas por conflitos e interesses” e que estes devem ser explicitados em sua ação educativa. Na segunda vertente, de interpretação do cotidiano educacional, toma-se como eixo central a prática cotidiana da escola, entendendo a Política Educacional em sua ação prática, como estas são desveladas nos contextos educacionais, caracterizando-se, a partir da visão das autoras, como uma vertente restrita e pragmática. (FLACH; MASSON, 2015). A última vertente de interpretação marxista, toma a Política Educacional em sua totalidade, sendo explicada a partir dos determinantes econômicos, políticos, históricos e culturais, denunciando suas particularidades em relação dialética com o global, “oferecendo aos futuros professores os instrumentos possíveis para uma intervenção na realidade, com vistas à superação da sociedade regida pela lógica do capital”. (FLACH; MASSON, 2015, p. 211). É a partir desta perspectiva que as autoras apontam como indispensáveis para o ensino da Disciplina, o estudo da sociedade capitalista, do Estado na promoção de políticas educacionais, do campo de pesquisa da Política Educacional, da organização e aspectos legais da educação brasileira. (FLACH; MASSON, 2015).

A pesquisa de Flach e Masson contribui para a construção de um processo de ensino da Política Educacional que não esteja determinado pelo pragmatismo ou por um modelo acrítico dos conteúdos jurídico-normativos. Denunciam a fragilidade da área devido à desvinculação de professores que lecionam a Disciplina dos campos de pesquisa da Política Educacional, processo que acaba fortalecendo o engessamento da Disciplina e a formação de futuros docentes e pedagogos.

Costa, Muranaka e Borghi (2015, p. 6) trazem contribuições importantes ao analisarem a Disciplina Política Educacional Brasileira como espaço de formação política dos futuros docentes. As autoras debatem a Disciplina como um espaço no qual a organização de seus conteúdos esteja relacionada “aos aspectos econômico, político, histórico e social da educação, para politizar os alunos”. Para que este papel formativo seja contemplado, as autoras caracterizam a Disciplina no âmbito do curso de Pedagogia, de uma universidade estadual paulista, como exemplo da organização dos conteúdos, objetivando a formação política dos futuros pedagogos e docentes. Os

conteúdos referentes ao ensino da Política Educacional são divididos em duas Disciplinas de 75 horas, focando a primeira na análise do Estado brasileiro, sociedade capitalista e influência dos organismos internacionais nas políticas de educação infantil e ensino fundamental. A segunda disciplina tem como foco o ensino médio e as políticas de formação de professores, reformas educacionais dos anos de 1990 e legislação. Esse modelo de divisão em duas etapas também é defendido por professores na análise de Perão e Lima (2017a; 2017b), por considerarem que ao contemplar a Disciplina em dois momentos acontece o enriquecimento pela maturidade dos discentes que já tiveram contato com o conteúdo em uma disciplina inicial e que conseguem melhor apreender e discutir as temáticas da Política na sequência do curso.

Costa, Muranaka e Borghi (2015) destacam que as disciplinas estão dispostas perpassando o primeiro até o terceiro ano do curso, sendo exigida a integração com as disciplinas das áreas de Fundamentos da Educação e as relacionadas às questões de organização do espaço escolar. Esse modelo tem a intenção de alicerçar a formação e preparar os discentes para atuação nos estágios de docência e gestão. As autoras afirmam que a proximidade e correlação entre as disciplinas do campo da Política com as demais, têm o objetivo de promover a “apreensão crítica e contextualizada da legislação educacional, para além da literalidade e análise concreta, materialista e histórica da realidade brasileira atual”. (COSTA; MURANAKA; BORGHI, 2015).

Moreira e Iulianelli (2017) trazem ressalvas importantes sobre a organização curricular para o ensino da Política. Os autores, ao analisarem a Disciplina em universidades do Rio de Janeiro, assim como as pesquisas anteriores, demonstram a uniformidade em relação à carga horária (60 horas) e que reduzida se limita a contemplar os conteúdos relacionados à legislação, engessadamente e que a sua oferta tem caráter informativo, limitada a descrever “determinada política pública da educação, como se a prática docente nada tivesse com seu aprimoramento ou alteração”. Desta forma, os autores sustentam o deslocamento do ensino da Política da realidade educacional brasileira, pois, sua organização curricular dá à disciplina a impressão de que esta “nada tem que ver com a formação de profissionais da educação que devem interferir na construção de política pública da educação”. (MOREIRA; IULIANELLI, 2017, p. 870).

#### Visão dos discentes sobre a Disciplina

A identificação do posicionamento dos discentes, diretamente ligados aos objetivos do ensino da Política Educacional, possibilita a apreensão das formas como os conteúdos da Disciplina são recebidos e entendidos no processo de formação. Assim, os trabalhos e as contribuições de Cristofoli (2015), Mendes (2015) e Mendes (2018) serão apresentados a seguir.

Cristofoli (2015) analisa a percepção de discentes sobre o ensino da Política Educacional em uma universidade federal da Região Sul do Brasil. A pesquisa traz aspectos importantes sobre conteúdos, metodologias, aspectos positivos e negativos sobre o processo de ensino. Sobre as temáticas que despertam maior interesse dos discentes, a autora aponta o período da redemocratização brasileira, financiamento e políticas de formação de professores os de maior anuência dos alunos em formação. A apreensão destes conteúdos, segundo os discentes, é mais bem compreendida quando a Disciplina está organizada, priorizando debates e a promoção de seminários, por ampliarem o conhecimento sobre temáticas específicas e promovem a interação entre os alunos.

Ao apontarem aspectos positivos e negativos, os alunos consideram como positiva a aproximação que a Disciplina promove com os conteúdos relacionados à legislação brasileira, ainda que, a falta de familiaridade e “as diversas mudanças ocorridas na legislação educacional brasileira”



são tidas como obstáculos negativos. A autora finaliza ressaltando que os discentes compreendem a importância da Disciplina para o seu processo formativo. (CRISTOFOLI, 2015, p. 11).

Mendes (2015) evidencia a disposição dos pedagogos em formação sobre as questões políticas dispostas no ensino da Disciplina. Conforme a autora, os discentes entendem a necessidade de apreensão dos conteúdos voltados para a política em sua formação; compreendem que estes são imprescindíveis “para o conhecimento do funcionamento do Estado e do processo de elaboração das leis e para uma compreensão mais ampla da vida em sociedade e menos individualizada”. (MENDES, 2015, p. 6). Os discentes consideram que os debates promovidos no âmbito da Disciplina, no decorrer de sua formação, promovem o reconhecimento das diferentes visões sobre aspectos da política. (MENDES, 2015). Esta pesquisa destaca a percepção dos discentes ao perceberem que o ensino da Política possibilita a análise de políticas educacionais, o preparo do professor para a atividade educacional, a apreensão das determinações estatais e implicações na realidade. Argumentam que a carga horária da Disciplina (60 horas), restringe e limita a discussão dos conteúdos e que sua organização em um único semestre é prejudicial para a formação. Positivamente, consideram que a metodologia que permite o debate, promove a criticidade em sua formação.

A Tese de Mendes (2018) analisa o ensino da Política sob a nomenclatura Educação Brasileira e Organização das Políticas Públicas e pertencente a área de Estrutura e Funcionamento do Ensino, trazendo contribuições importantes para se entender a percepção, de discentes e egressos, sobre a qualidade do ensino aprendizagem na Disciplina. A pesquisa revela que egressos e discentes em processo formativo, conseguem realizar um panorama histórico da educação brasileira, identificar documentos legais e normativos que regem a educação. Entretanto, os conteúdos lecionados na Disciplina sobre questões como a relação entre escola, ensino e sistema, princípios do direito educacional, são vistos como deficitários e, de acordo com egressos, não garantem sua aplicabilidade na prática pedagógica.

É necessário, segundo discentes e egressos, que a Disciplina seja organizada e ministrada de forma dinâmica e significativa, que o enfoque da legislação contemple direitos da classe docente e a ementa seja rigorosamente cumprida, ainda que a carga horária seja limitada.

#### Análise e reflexão sobre o processo de ensino

As pesquisas que se apresentam nessa categoria, têm como objeto de análise as disciplinas de Estrutura e Funcionamento do Ensino. Além do mesmo objeto, as pesquisas de Krum (1993), Furtado (1994) e Mazza (1994), Santos, Dubock e Santos (1999) focam seus olhares para o processo de ensino da Disciplina e suas considerações estão alinhadas para o mesmo entendimento. Para os autores, a gênese das disciplinas de Estrutura e Funcionamento é o caráter tecnocrata e legalista, determinando um processo de formação acrítico e ideologicamente tendencioso.

Ao empreender uma formação crítica e que considere a análise do real, é imperativo para a Disciplina proporcionar aos alunos um processo formativo reflexivo da sociedade, do cotidiano educacional; pressupõe a formação política dos futuros docentes e pedagogos, uma das responsabilidades do ensino da Política Educacional. Para Marcos (2000) e Oliveira (2000), a ausência deste espaço contínuo de formação, proporcionando o debate sobre a realidade, caracteriza as disciplinas como estáticas no currículo, estando delimitadas ao modelo reducionista do período ditatorial.

Mendes (2011) considera que o processo de ensino da Política Educacional precisa estar direcionado a atender as exigências da sociedade, impossibilitando que as disciplinas estejam

afastadas da realidade. Defende a práxis pedagógica como princípio que possibilita a correlação entre as exigências formais do ensino, as demandas e expectativas dos pedagogos e professores em formação. Esse processo pode ser realizado, como apontam Pronko (2015; 2016) e Guimarães-Iosif, Limeira e Santos (2018), voltando a atenção para os processos teórico-metodológicos empregados no ensino, fomentando a percepção dos futuros docentes enquanto agentes políticos e transformadores da realidade.

De acordo com Guimarães-Iosif, Limeira e Santos (2018, p. 11), é urgente que no contexto formativo brasileiro, de fortes e recorrentes transformações políticas, sociais e educacionais, sejam utilizadas metodologias de ensino que considerem processo de mediação, que desafiem os discentes a problematizarem a realidade, contribuindo “positivamente para uma formação mais consciente, crítica, emancipada e socialmente comprometida dos futuros professores”.

#### Aspectos das pesquisas sobre a Disciplina (revisão de literatura)

O trabalho de Mainardes, Stremel e Rosa (2017). Os autores analisam a produção do conhecimento sobre a disciplina Política Educacional, identificam as temáticas contempladas e demonstram a escassez nas pesquisas e indicam propostas de análise. Destacam a relevância da ReLePe na abertura de espaço para o debate sobre a formação do pesquisador em Política Educacional, o que promoveu a necessidade de se analisar a Disciplina nos contextos formativos da Graduação e Pós-Graduação. Apontam a necessidade de se considerar as questões de metodologia e epistemologia; que pesquisas futuras precisam apreender, como objeto de estudo, questões como a posição dos alunos sobre a Disciplina, análises sobre os materiais didáticos utilizados e a promoção de estudos comparativos sobre a Disciplina nos países da América Latina.

No mesmo sentido, Rosa e Trojan (2019) contribuem com a sua percepção sobre a atualidade das análises sobre a disciplina PE. Os autores apontam poucos avanços nas pesquisas em relação ao levantamento feito por Mainardes, Stremel e Rosa (2017), sendo que as pesquisas ainda se encontram limitadas em caracterizar a estrutura curricular da disciplina. Rosa e Trojan (2019, p. 13) destacam a escassez de pesquisa que aborde as questões teórico-metodológicas e epistemológicas para o ensino da Política Educacional e análises que possibilitem a “promoção de constructos didáticos e de facilitação para assimilação dos discentes” ao conteúdo da PE.

#### Papel sociopolítico da Disciplina

Rosa (2019) visa apreender como o ensino de Política, no decorrer de sua institucionalização nos anos 1970, com as disciplinas de Estrutura até os dias atuais com a nomenclatura Política Educacional, foram objetos de disseminação da hegemonia burguesa; com o processo de redemocratização é reformulada promovendo uma formação crítica, que pode ser caracterizada como promotora na construção de uma nova hegemonia. A partir do recorte temporal de 1970 até 2018, o autor realiza uma análise documental dos programas curriculares das disciplinas, nos cursos de licenciatura e Pedagogia de uma IES pública.

Analisa os objetivos, conteúdos, bibliografia e carga horária das disciplinas, traçando um panorama sociopolítico, correlacionando as alterações curriculares com os aspectos legais e às reformulações no Estado Brasileiro em sua totalidade e nas particularidades dele. Conclui, afirmando ser possível identificar nos currículos formais das disciplinas, as influências das transformações sociopolíticas na elaboração das ementas e considerando que tais determinações são estabelecidas por questões ideológicas. Dos anos 1970 até o final dos anos 1980, a Disciplina permaneceu engessada, em caráter tecnocrático e acrítico. A partir dos anos 1990, ainda que as alterações de caráter estrutural,

principalmente em relação à carga horária, fossem mínimas, nota-se a influência da redemocratização, da LDB, dos processos de construção da criticidade no processo formativo das disciplinas.

### **Considerações finais: as pesquisas sobre a disciplina PE, lacunas e possibilidades**

Os trabalhos incluídos na revisão consideram elementos que nos possibilitam compreender como a disciplina Política Educacional e correlatas são analisadas no Brasil. As pesquisas ainda são recentes, o número de trabalhos ainda é escasso se considerar a amplitude do campo da Política Educacional e a importância histórica do componente curricular na formação docente. Ainda que o número de trabalhos não seja elevado, a riqueza teórica e as possibilidades de análise são evidenciadas, permitindo inferências e destacar dos aspectos importantes como as vertentes teóricas, urgência por materiais didáticos apropriados, carga horária mínima necessária, modelos metodológicos para o ensino da política.

As pesquisas permitem compreender a situação atual do ensino da Política nos cursos de Pedagogia no Brasil e sua contribuição enquanto promotora de uma formação política dos futuros pedagogos. É necessário avançar ainda mais e assim, como as pesquisas demonstram em suas conclusões, há a clara necessidade de:

- a) analisar o ensino da Política Educacional em contextos amplos;
- b) identificar parâmetros, similitudes, particularidades e deficiências no processo de formação inicial de docentes e pedagogos;
- c) revelar como a Disciplina é interpretada perante às demais disciplinas nos currículos dos cursos de Pedagogia;
- d) apreender, a partir dos docentes, se a Disciplina garante uma formação ético-política capaz de instrumentalizar os futuros docentes para a interpretação crítica das políticas educacionais brasileiras.

A identificação destas lacunas justifica a necessidade de avanço nas pesquisas sobre a Disciplina PE. A partir deste entendimento, faz-se necessário ampliar as percepções sobre a Disciplina de forma que as análises contribuam para o seu fortalecimento enquanto espaço de formação de pedagogos no Brasil.

### **Referências**

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BONALS, L. P.; ARENS, A. G. L.; TRUJILLO, A. R. P. La política educativa: um componente necesario en la formación de docentes que investigan sobre su práctica. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-21.

COSTA, A. de C.; MURANAKA, M. A. S.; BORGHI, R. F. A contribuição da disciplina PEB à formação de professores do ensino básico: estudo do caso das licenciaturas em uma Universidade Estadual. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos-SP. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-24.

CRISTOFOLI, M. S. O estudo da política educacional como componente curricular dos cursos de formação de professores nas universidades públicas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2015.

FERRADA, D.; VILLENA, A.; DEL PINO, M. ¿Hay que formar a los docentes en políticas educativas? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 254-279, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053144740>

FLACH, S.; MASSON, G. A disciplina de Política Educacional em cursos de formação de professores. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n. 33, p. 205-220, jul./dez. 2014.

FLACH, S.; MASSON, G. A disciplina de Política Educacional em cursos de formação de professores. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos-SP. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015a. p. 1-18.

FURTADO, B. C. **Estrutura e Funcionamento do ensino**: a construção do saber em questão. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

GIOVINE, R. El oficio de enseñar política educativa: desplazamientos políticos y epistemológicos en los programas de formación docente universitaria en Argentina. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 451-476, jul./dez. 2016.

GUIMARÃES-IOSIF, R. G.; LIMEIRA, L. C.; SANTOS, A. V. dos. O ensino de Política e Gestão Educacional nos cursos de licenciatura. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 85-106, jan./abr. 2018. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.13i1.0005

KRUM, M. C. **Importância da disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino nos cursos de formação de professores de terceiro grau**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MAINARDES, J.; STREMEL, S.; ROSA, G. L. R. A pesquisa sobre a disciplina política educacional no Brasil: situação e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 287-307, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol33n22017.71495>

MANCEBO, M. E. La enseñanza de Política Educativa en Uruguay: ¿acumulación incipiente o rezago? **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-15, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.014>

MARCOS, D. L. S. **A formação do professor no centro debate: as trilhas e tramas da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental nos Cursos Normais**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MARTIGNONI, L. La enseñanza de la política educativa en la formación docente el caso de la carrera de Geografía. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-13.

MÁS ROCHA, E.; LIZZIO, G.; GIMÉNEZ, P. Leer, escribir y producir conocimiento en un programa de política educacional. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-15, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.004>

MAZZA, D. Notas acerca da disciplina “Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira”. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v. 2, n. 2, p. 26-29, 1994.

MENDES, D. L. L. L. **Estrutura e funcionamento do ensino e a gestão educacional: avaliação de disciplinas em cursos de Pedagogia e Licenciaturas na Universidade Federal do Ceará**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MENDES, V. O estudo da política educacional nos cursos de licenciatura de uma instituição federal de ensino superior. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESSORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1, 2015, Guarulhos. **Anais [...]**. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-21.

MENDES, V. O interesse pelo estudo da Política Educacional no processo de formação do professor. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1-17, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.3.012>

MIRANDA, E. ¿Investigadores y/o técnicos en política educativa? El dilema de origen. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 430-450, jul./dez. 2016.

MOREIRA, L. P.; IULIANELLI, J. A. S. Formação docente e ensino de política educacional em instituições de educação superior do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 97, p. 854-873, out/dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500857>

OLIVEIRA, M. N. Estrutura e funcionamento do ensino: a trajetória de uma disciplina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 325-326.

OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Considerações sobre o papel da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino na formação de professores. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 8., 1996, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 1996. p. 322.

PERÃO, G. M. M.; LIMA, M. F. A disciplina de Política Educacional em cursos de Pedagogia: um estudo preliminar. In: EDUCERE, 13., Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC/PR, 2017a. p. 1169-1183.

PERÃO, G. M. M.; LIMA, M. F. A disciplina de Política Educacional nos cursos de Pedagogia: um estudo preliminar. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, p. 1-14, 2017b. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.017>

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de políticas educacionais na perspectiva do materialismo histórico. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESSORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais [...]**. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-17.

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de políticas educacionais na perspectiva do materialismo histórico. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 248-264, jul./dez. 2016.



QUIANÉ, L. M. J.; LÓPEZ, V. M. S. El estudio de la política educativa en la maestría em educación básica de la universidad pedagógica nacional-México: un relato reflexivo y crítico desde sus orígenes, diseño y operación. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESSORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-19.

ROMERO, S. A.; GARCÍA, M. G. Sentidos y desafíos de enseñar política educativa em la formación docente. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESSORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-15.

ROSA, G. L. R. **A disciplina Política Educacional no curso de Pedagogia e Licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

ROSA, G. L. R. **Estrutura e funcionamento do Ensino e Política Educacional: análise do espaço das disciplinas na Universidade Estadual de Ponta Grossa e suas relações com o objeto de estudo da Política Educacional**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ROSA, G. L. R.; TROJAN, R. M. A Política Educacional como disciplina: revisão de literatura. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, p. 1-18, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v4.013>

SANTOS, E. O. dos.; DUBOCK, M. J. O.; SANTOS, S. M. M. Formação do professor (a): contribuições da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino - relação entre universidade e escola básica, uma experiência na rede pública da microrregião de Feira de Santana Bahia. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL POR LA UNIDAD DE LOS EDUCADORES, 7., 1999, Havana. **Anais** [...]. Havana: Palacio de Convenciones de La Habana, 1999. p. 1-9.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Fundeb**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2007.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A disciplina Política Educacional em cursos de Pedagogia no Brasil: primeiras aproximações. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, p. 137-155, 2015a. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v9i17/18.41885>

STREMEL, S.; MAINARDES, J. Reflexões iniciais sobre a disciplina política educacional em cursos de pedagogia no Brasil. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESSORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015b. p. 1-25.

VISACOVSKY, N. (2015) ¿Cómo enseñar política educativa desde un bordaje interdisciplinar?. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESSORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-12.

*Recebido em 07/09/2022*

*Aceito em 20/10/2022*

*Publicado online em 31/12/2022*